

A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo

VIRGÍNIA FONTES*

Capturar as contradições de uma vida social crescentemente subjugada pelas relações econômicas capitalistas e pela disseminação da sociabilidade burguesa é árido. Ainda mais quando ocorre num país de cruéis desigualdades sociais. É preciso evitar que as malhas da conjuntura, com suas urgências, apaguem as linhas fortes do processo ou esfumem a crítica fundamental do marxismo, voltada simultaneamente para a compreensão/explicação da vida social e para a resoluta superação do modo de ser dominado pelo capital.

A correção estratégica de princípios, a centralidade da luta de classes e o enfrentamento do capital sob todas as suas formas não podem coagular-se em fórmulas fixas, incapazes de compreender o processo vivo dessa mesma luta. Desconsiderar as circunstâncias, por vezes cruciais, com as quais se defrontam as lutas de classes, abertas ou discretas, em sua movimentação permanente no tabuleiro social e político, pode nos levar à repetição de abstrações vazias. Marx alertava que, se a demarcação e os dados desse jogo estão truncados, o terreno concreto da vida social está prenhe de contradições que comprimem crescentemente as estreitas margens e suas regras (Marx, 2005; 2012).

Em contrapartida, o equívoco oposto vem se convertendo em política oficial. Os movimentos táticos e conjunturais, guiados pela urgência, empurram a estratégia para uma longínqua declaração de intenções e fortalecem a generalização da

* Professora de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

pequena política.¹ Análises mostram como os setores dominantes vêm tomando a iniciativa de garantir recursos a determinados segmentos de classes dominadas, caso secundarizem as grandes questões e se concentrem no imediato (Iasi, 2006; Martins, 2009; Coelho, 2012), resultando “numa repolitização da sociedade civil, no sentido de fortalecimento de práticas que induzam à conciliação de classes” (Neves, 2005, p.106). Extenso documento do Banco Mundial defendeu tal arranjo, apontando-o como modelo a ser disseminado (Garrison, 2000).

Movemo-nos no terreno de fortes contradições: entre as exigências da estratégia e da tática; entre a explicitação de uma das maiores crises capitalistas mundiais em paralelo à expansão de relações capitalistas em alguns países considerados periféricos (dos quais os mais importantes são Índia, China e Rússia); entre melhorias gotejadas sobre os setores sociais mais frágeis e seu formato rebaixado (expansão de contratos de trabalho de baixos salários e políticas sociais focalizadas); entre o apoio às lutas comuns sul-americanas e o braço pesado das empresas transnacionais – agora também brasileiras – que direcionam as políticas e capturam os lucros; entre o aprofundamento das relações capitalistas no campo e seu formato agroexportador. Nossa responsabilidade enquanto marxistas militantes é enfrentar tais contradições.

A expansão do capitalismo no Brasil levou-o a integrar o grupo de países capital-imperialistas, mantendo uma inserção secundária entre as nações preponderantes no mundo contemporâneo, sendo os Estados Unidos o mais importante. Não explicitarei aqui a categoria de capital-imperialismo nem as diferenças conceituais com a tese do subimperialismo, elaborada por Ruy Mauro Marini, explicitadas em livro recente (Fontes, 2010). Tais diferenças serão alvo de debate sistemático em outro momento. Este texto defende a tese da expansão capital-imperialista brasileira, tema que suscita inquietação e com razão: nos defrontamos com a constatação de que o desenvolvimento do capitalismo não assegura civilização, mas nos lança em situações de barbárie mais espessas.

O papel capital-imperialista do Brasil não se esgota na dimensão econômica e envolve modificações *políticas* no plano *interno* e na correlação com as forças capital-imperialistas no âmbito *externo*; se explicita em projetos expansionistas e em sujeitos sociais (classes e frações de classe) que os sustentam; envolve o aprofundamento de suporte *estatal* e a elaboração de projetos. Compreendê-lo envolve analisar os países atingidos e o impacto que a expansão capital-imperialista brasileira, mesmo secundária, exerce sobre as diferentes classes e frações de classe no exterior. Sem falar das transformações na própria dinâmica do capital-imperialismo no âmbito internacional, das quais resulta o novo papel dos países

¹ Para Gramsci, a pequena política é a dos corredores e das intrigas, contraposta à *grande política*, que “compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (Gramsci, 2000, p.21).

chamados periféricos que, ao terem renovada importância após a crise de 2008, geram efeitos sobre uma totalidade tornada mais complexa. O volume de variáveis a ser analisado é grande e escapa às dimensões deste artigo.

Apresentaremos alguns desses elementos para, em seguida, debater sobre algumas razões pelas quais se torna tão difícil para alguns na atualidade admitir o papel capital-imperialista brasileiro.

Multinacionais brasileiras

O processo de monopolização capitalista no Brasil remonta à segunda metade do século XX, intensificado brutalmente no período da ditadura empresarial-militar de 1964. A burguesia brasileira amadureceria sob condições peculiares, amputada de suas utopias, mas forte e defensora do capitalismo *tout court*, interna e externamente (Fernandes, 1975). A atuação expansionista de empresas sediadas no Brasil ou compostas por capitais brasileiros não começa no século XXI, tendo sua disseminação iniciada sobretudo a partir da década de 1970, experimentando certa retração na década de 1980 e voltando paulatinamente a crescer a partir da década de 1990, com enorme impulso no século XXI (Spósito e Santos, 2012, p.210). Diversos outros países “periféricos” (Índia, China, Rússia, África do Sul, dentre outros) avançaram em processos de multinacionalização de empresas. Reconfigura-se o quadro de deslocamentos de capitais (investimentos externos diretos – IED), não mais limitado às direções Norte-Norte e Norte-Sul, mas registrando forte crescimento nas relações Sul-Sul e Sul-Norte (com IEDs de países periféricos direcionados também aos países centrais). Essa reconfiguração problematizaria, para alguns, a delimitação centro e periferia (Spósito e Santos, 2012, p.67-83).

Na década de 1990, a expansão de transnacionais brasileiras foi mais agressiva, intensificada no século XXI, quando os estoques de capitais brasileiros no exterior atingiram, em 2008, o montante de US\$ 122,1 bilhões. Nessa investida, há forte predomínio das empresas de mineração (Vale), siderurgia (Gerdau, Votorantim), petróleo (Petrobras) e de engenharia (Odebrecht, Camargo Corrêa). O escopo das múltiplas brasileiras abrange, entretanto, setores muito variados, como alimentação de origem animal (Friboi, Bertin, Marfrig e outras), perfumaria e cosméticos (Natura, O Boticário), bens de capital (Weg, Schulz), tubos e conexões (Tigre), autopeças (Sabó, Iochpe-Maxion), carrocerias de ônibus (Marcopolo, Busscar), tecnologias da informação (Itautec, Stefanini IT Solutions, Totvs etc.), além da produção transnacionalizada de aviões da Embraer (Spósito e Santos, 2012, p.262).

De acordo com o Boston Consulting Group, o país está em terceiro lugar na lista dos “emergentes” com empresas capazes de “desafiar globalmente” outras gigantes internacionais. O Brasil tem 13 empresas na relação de *global challengers* (Camargo Corrêa, Coteminas, Embraer, Gerdau, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Odebrecht, Brazil Foods, Petrobras, Magnesita, Votorantim e WEG), sendo a Vale

já considerada uma multinacional estabelecida, e não mais uma “desafiadora”. À frente do Brasil estão a China (com 33 empresas) e a Índia (com 20 empresas). (Garcia, 2012, p.60)

Qual o impacto desse transbordamento de capitais sediados no Brasil nos países mais diretamente atingidos? Movimentos sociais de diversas nacionalidades realizaram denúncias e encontros internacionais, coordenando os atingidos pela atuação das transnacionais brasileiras, dentre as quais se destacam a Vale, a Petrobras, a Odebrecht e o BNDES. Atuação agressiva dessas empresas no Canadá, no Equador, na América Central, no Paraguai, na Bolívia, em Angola e em Moçambique foi amplamente denunciada (IRL, 2009), ao lado de campanhas de populações afetadas contra a Vale, o BNDES e outras. A agressividade e o alcance da expansão de capitais brasileiros na América do Sul foi cuidadosamente apresentada por Mathias Luce, sobretudo no caso dos países do Mercosul e dos países andinos de maior penetração brasileira (Bolívia, Peru e Equador) (Luce, 2007, p.84 et seq.).

Há intensa movimentação de formação de intelectuais orgânicos para essa transnacionalização de empresas brasileiras, que conta com abundante literatura, sobretudo de ordem empresarial. Algumas das mais conhecidas são entidades especializadas na produção de material de apoio ao processo de multinacionalização brasileira, como a Fundação Dom Cabral e a Sobeet, realizando pesquisas, cursos de formação de gestores especializados e publicando diversos tipos de materiais, inclusive um encarte periódico no jornal *Valor Econômico* dedicado às multinacionais brasileiras. Ambas se apresentam como entidades de estudos, sem fins lucrativos, contam com participação brasileira e de empresas de capital externo.

Também fornecem pesquisa e suporte à expansão de multinacionais brasileiras instituições públicas como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Esta última apoiou, por exemplo, o projeto Ginebra (Gestão Empresarial para Internacionalização das Empresas Brasileiras). O coordenador, Afonso Fleury (USP), informa que o projeto destinava-se “a impulsionar a área de pesquisa em negócios internacionais na qual o Brasil, junto com outros países emergentes, especialmente China e Índia, passa a atuar com grande destaque”, esclarecendo que o projeto gerou sete livros, quinze dissertações de mestrado e 23 teses de doutorado (Reynol, 2010).

Cursos para capacitação de gestores de transnacionais brasileiras, além de informações variadas podem ser encontrados na Confederação Nacional da Indústria (CNI) ou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em especial nas iniciativas de seu Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex). Para não falar do BNDES, o qual, para além dos vultosos recursos destinados à consolidação de empresas multinacionais brasileiras, produz e difunde extensa quantidade de material sobre o tema. Em seu site (www.

bndes.gov.br), uma procura indicando a expressão “multinacionais brasileiras” encontrou 1963 resultados em 16 de novembro de 2012. O tema da “expatriação” de gerentes, gestores ou trabalhadores para tais multinacionais brasileiras se torna corriqueiro na imprensa.

O volume de material produzido sob o rótulo discreto de “internacionalização de empresas brasileiras” ou de sua “multinacionalização” é muito superior ao daqueles com alguma visão crítica. A oferta de meios e recursos de pesquisa, públicos e privados, assim como a indução financiada a diversos setores disciplinares universitários, merece investigação específica e detalhada.

O processo de internacionalização de empresas sediadas no Brasil ou brasileiras é um dos elementos fundamentais para a análise do capital-imperialismo, mas não é suficiente, entretanto, para qualificar a análise, que precisa levar em conta uma série de modificações na vida social, de maneira a capturar a direção principal desse processo, assim como as contradições das quais esse processo resulta e as que ele aprofunda.

Estado e apoio ativo às multinacionais de base brasileira

O mais importante apoio público à expansão de transnacionais brasileiras é o suporte bilionário assegurado pelo BNDES, instituição que experimentou importante inflexão no período da gestão de Lula da Silva (2003-2010). Em 2003, o BNDES alterou o seu estatuto e, além de fornecimento de linha de crédito específica para a internacionalização, passou a apoiar projetos no exterior. Posteriormente, em 2009, abriu em Londres uma subsidiária, BNDES Limited, empresa de investimento objetivando a participação acionária em outras empresas, com

a função de captar recursos no mercado e nas agências financeiras, podendo, com isso, emprestar às empresas brasileiras diretamente do exterior, sem que esses recursos sejam repatriados ao Brasil. Ademais, a subsidiária serve como observador do mercado global e fornecedor de informações às empresas. Além de Londres, o Banco abriu, em agosto do mesmo ano, um escritório no Uruguai, onde se situa a sede política do Mercosul, com o objetivo de aportar recursos diretamente nos projetos de integração regional. (Garcia, 2012, p.113)

Avançando no suporte à internacionalização de empresas brasileiras, o BNDES realiza acordos de cooperação e parceria com outros bancos de desenvolvimento. Desde 2004, havia concluído acordo com um banco estatal chinês (CTIC) e, em 2011, estabeleceu acordo de cooperação com bancos de desenvolvimento da China, Índia e Rússia, no qual “as partes se comprometeram a trocar informações sobre projetos de interesse compartilhado nas áreas de infraestrutura, energia, indústrias-chave, indústrias tecnológicas e setores exportadores, desenvolvendo mecanismos de apoio à internacionalização de empresas”, além de prever a possibilidade de criação futura de uma entidade interbancária (Garcia, 2012, p.114).

A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo • 107

Ao apoio econômico, vale acrescentar a atuação estatal em torno do planejamento para a efetivação de um “Brasil potência”. Raúl Zibechi, periodista uruguaio, em obra recentíssima, já traduzida para o português, destaca a atividade da Secretaria de Assuntos Estratégicos na formulação e divulgação de um projeto estratégico que envolveu atuação interna – voltada para a superação da extrema pobreza, para a retomada do crescimento econômico e o apoio à competitividade das grandes empresas brasileiras, tornando-as competidoras internacionais – e diversas iniciativas no âmbito externo, desde uma preocupação acentuada com a ocupação de espaços no cenário geopolítico internacional (em especial, através do G-20), culminando numa revisão significativa do papel das Forças Armadas (Zibechi, 2012, p.68-100). Essa revisão resultou na aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008.

Zibechi destaca exibições militares brasileiras diante de países vizinhos da América do Sul, em especial o Paraguai. Em 2008, 10 mil soldados brasileiros, apoiados por aviões, tanques, barcos e munição real efetuaram “exercícios” em torno de Itaipu. O autor ressalta a intensa movimentação empresarial derivada da END, na qual a Odebrecht (incorporando Oswaldo Oliva Neto a uma de suas direções) assume papel de relevo, após acordo em 2010 com a empresa europeia Eads (segunda maior corporação do mundo na área da defesa) para a fabricação de submarinos, mesmo ano em que se associou com a Atech e Penta em nova empresa, Copa Gestão em Defesa S/A. Em 2011, criou a Odebrecht Defesa e Tecnologia e assumiu o controle da Mectron, fabricante de mísseis e produtos para o mercado aeroespacial. Também a Embraer mobilizou-se a partir da END, tendo comprado em 2011 a Orbisat, empresa criada em 1998 com participação acionária do BNDES, que domina tecnologia de última geração para o controle remoto e monitorização por satélites (Zibechi, 2012, p.122-126; Dagnino, 2010, p.216 et seq.).

No âmbito das instituições governamentais, instaura-se um tripé coligando investimento, financiamento e cooperação internacional. Nele, desenvolvem intensa atividade no exterior, apoiando a transnacionalização, o Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC, que é parte do MRE), a Embrapa e a Fiocruz, estatais das áreas de agricultura e saúde – que atuam no setor de “cooperação para o desenvolvimento” e que, nesse processo, também experimentam forte internacionalização –, a Agência de Promoção da Exportação e Investimento (Apex), ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), e o próprio MDIC, através da organização de missões empresariais e de feiras de negócios (Garcia, Kato e Fontes, 2012).

Estado, sociedade civil e democracia

A adesão ao capital-imperialismo se reforça pela ampliação da capacidade de anestesiação interna, característica apontada desde Lenin. O Estado brasileiro aprofundou sua permeabilidade à sociedade civil, no sentido gramsciano, modernizando-se celeremente nas últimas décadas. Dentre os aparelhos privados de

hegemonia predominam amplamente as entidades (e os recursos) empresariais, inclusive aquelas voltadas para a “ação social”, que coparticipam diretamente da formulação e implementação de políticas públicas (Neves, 2005; Martins, 2009).

A eleição de Lula da Silva representou uma *vitória eleitoral imediata e mitigada* da classe trabalhadora, convertida mediamente em derrota de suas proposições históricas e num lento e penoso processo educativo exercido sobre a classe trabalhadora com o objetivo explícito de seu apassivamento, contraditoriamente realizado através de permanente excitação. Uma esquerda confiável para o capital (Coelho, 2012) pretende-se simultaneamente *esquerda e moderna*. Para assegurar suas posições, precisa aparecer como esquerda: não lhe basta utilizar termos e reivindicações populares, mas conservar as rédeas de organizações construídas através de lutas, garantindo sua incorporação subalterna à ordem do capital. Para tanto, o marketing eleitoral lhe é de extrema valia. Sua *modernidade*, expressa em sua prática negociadora, converte-se em trunfo para tornar-se fiadora (e mesmo empreendedora copartícipe, como no caso dos fundos de pensão de trabalhadores do setor público) do desenvolvimento capitalista e de sua transnacionalização, nas condições impostas por uma conjuntura regressiva no plano internacional, no qual predomina a contrarreforma (Coutinho, 2008, p.91-105).

Embora mitigada, a vitória eleitoral garantiu alguma ocupação de espaços por organizações e grupos originários dos setores populares e da classe trabalhadora na seletiva ampliação do Estado. Encontramos uma democracia erigida sobre escombros dos direitos e do ataque às conquistas da classe trabalhadora no mundo. Tão logo os espaços explicitamente ocupados pela classe trabalhadora no Estado ameçam eventual reequilíbrio de forças, deslocamentos internos esvaziam o raio de ação de tais conquistas, murchando sua capacidade convocatória e mobilizadora, exatamente como havia alertado Poulantzas (1980, p.141-185).

Não se trata apenas de um refluxo das lutas populares, como a natureza das marés, mas da atividade direcionada e calculadamente dosada para uma satisfação subordinada, expressão de uma vitória morna a ser friamente derrotada. É uma pedagogia da dominação que atua negaceando entre concessão “generosa” e frequentes recusas ou adiamentos; que estimula e premia a adesão à ordem, enquanto desqualifica como ultrapassados, utópicos e irrealistas os valores e as lutas pela superação do capitalismo.

Os ganhos e concessões realizados a essa vasta e diferenciada classe trabalhadora não são fictícios, mas, tomados como custo transitório da transnacionalização (e do social-liberalismo vigente), precisam ser permanentemente amplificados pela mídia, ora positiva, ora negativamente. A vitória eleitoral instantânea agoniza com a crescente anulação do ímpeto e da organização autônomas da classe trabalhadora, exatamente num período em que ela é muito mais extensa e sua composição mais heterogênea do que anteriormente.

Em outro viés, a eleição e os governos de Lula da Silva contribuíram – a contragosto? – para superar certa timidez das forças políticas conservadoras e

assegurar-lhe um protagonismo ativo na captura das lutas populares. Essa *esquerda* apta e disposta a formular programas de maior alcance para o grande capital estreia nos comandos governamentais, modificando o registro histórico dos embates políticos no Brasil. A luta de classes desliza do limbo repressivo no qual a autocracia burguesa a condenara historicamente e passa a ser considerada como dado estratégico a ser negociado, dosado, contido e controlado; se a contrarrevolução preventiva permanece a estratégia burguesa fundamental, sua tática se duplicou: ao lado da truculência repressiva (e discursiva) que não esmorece, cresceram as formas de convencimento e de integração subalterna de reivindicações (convertidas em “demandas”), para as quais a gestão de conflitos torna-se elemento central.

Apesar do silêncio que o envolve, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) cumpre função relevante na captura de inquietações populares para a configuração de políticas que assegurem expansão do capital e calma interna: integrado por uma maioria de empresários, muitos ligados a múltiplas entidades organizativas (sociedade civil) e com a participação (minoritária) de centrais sindicais e de algumas organizações populares (Guiot, 2012), o CDES atua como a democracia ideal para os grandes proprietários. Ali, acertam-se políticas em gabinetes refrigerados, na calma desigual do debate “civilizado” que silencia a existência das classes sociais, na nova intimidade entre representantes empresariais, sociais e governamentais. Os obstáculos encontrados antecipam a defesa e a sustentação de seus objetivos, a serem ratificados posteriormente pelas diferentes esferas governamentais. Na base do CDES, uma enorme teia de entidades associativas – muitas lastreadas em recursos empresariais, conforme sugerem o Banco Mundial e o Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (Gife) – convertem reivindicações em ações “solidárias” no interior e para o reforço da ordem vigente. O persistente empenho de convencimento popular (empenho remunerador em muitos casos, como a venda de programas educativos e de pacotes de avaliação elaborados em setores privados para o sistema educacional público ou atividades sociais realizadas por entidades privadas mas financiadas com recursos públicos) se mantém, tendo se estabilizado nos últimos anos (Brasil, 2012).

Aos renitentes que rejeitam a pequena política, permanece a repressão seletiva: criminalização de movimentos sociais, manutenção e aprofundamento de expropriações e de assassinatos no campo, repressões selvagens a ocupações urbanas (Pinheirinho) e a grevistas (como os casos de Jirau e Santo Antônio).

Abrindo o debate

Limitar-se a contrapor (e defender) um neodesenvolvimentismo e execrar o neoliberalismo significa permanecer na ordem do discurso e não enfrentar as contradições reais.

Em primeiro lugar, pois o assim chamado neodesenvolvimentismo aprofunda as formas econômicas e ideológicas anteriores, em especial a focalização de

políticas voltadas para o alívio da pobreza e as privatizações, e delas se nutre. As privatizações agora se concentram no reforço da competitividade das empresas multinacionais brasileiras e no desmantelamento gradual – mas acelerado – de setores em que as conquistas populares anteriores resistiram, como na saúde e na educação. A última investida dupla – na saúde e na educação – vem através da imposição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública, porém privada, destinada a gerir os hospitais universitários (leia-se: gerenciar os conflitos sem garantir os recursos necessários, aprofundando a exemplaridade de contratos de trabalho com direitos rebaixados). Acelera-se a institucionalização de rotinas administrativas, rótulo pomposo para uma *burocratização legisferante* cuja tendência é silenciar os focos remanescentes de luta social através de sua “judicialização”.

Em segundo lugar, porque ambos, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, são metamorfoses da expansão contemporânea do capital e do capital-imperialismo no e do Brasil, demonstrando extrema agilidade para adequar-se aos constrangimentos internos e externos. Em que medida um termina e o outro começa? Ou são apenas expressões intercambiáveis, adaptações conjunturais para garantir a voraz lógica do capital (valorizar-se infinitamente, a qualquer custo)?

Em terceiro lugar, pois reatualizam e aprofundam a dupla articulação apresentada por Florestan Fernandes (1975), também analisada por Francisco de Oliveira (2003). A primeira face dessa articulação consiste na umbilical dependência da expansão do capitalismo no Brasil ao conjunto do *imperialismo total*, nos termos de Florestan. Prossegue nos dias atuais a subalternização das relações internas ao desenvolvimento do capital-imperialismo no exterior mas, como o previa Florestan, essa subordinação é antes de tudo ao capitalismo *tout court*, tornando-se as burguesias brasileiras as primeiras e últimas trincheiras da defesa de sua expansão e valores. É pela inserção subordinada que o Brasil – assim como outros países – está exercitando sua nova condição capital-imperialista; é pela adesão plena aos valores e à competição intercapitalista que os governos de tais países vêm se apresentando como “soberanos”. Na atualidade, essa subordinação expressa formas muito mais complexas, pois escancara as portas para a penetração de capitais externos enquanto se pavoneia de nação soberana, *postoque* exportadora de capitais. À subordinação econômica e cultural se acrescenta a imposição para fora de formas truculentas típicas da autocracia burguesa no Brasil, agora aplicadas a trabalhadores estrangeiros através de empresas multinacionais, aceitas (e defendidas) pela diplomacia brasileira da negociação. O “modelo” brasileiro de contenção de extensas camadas de trabalhadores sob condições precárias, na vigência de uma democracia rebaixada, se converte em *know how* de exportação.

A segunda face da dupla articulação é a que replica o processo desigual e combinado para o interior do país. Com isso, não apenas formas arcaicas sobrevivem à expansão de modalidades ultramodernas, mas o moderno se nutre de e reconstitui formas arcaicas, desde que adequadas à sua expansão. Essa era a característica da

relação entre as regiões brasileiras. Forçoso é constatar sua permanência e também sua modificação: burguesias modernas emergem para além do polo central paulista, porém em seu conjunto todas elas se equilibram nutrindo cuidadosamente o arcaico em seu moderno seio. A industrialização e a tecnicização do campo brasileiro, com potente e moderno empresariado, é a expressão do atraso agroexportador; a informalidade travestida de empreendedorismo se constitui em forma moderna de trabalho, alimentada através de múltiplas formas precárias e do aumento de contratações formais de trabalhadores com escassos direitos (Pochmann, 2012). O movimento desigual e combinado agora se expande em direção aos trabalhadores dos países nos quais se implantam as transnacionais brasileiras, nos quais a marca brutal da experiência periférica assinala a ponta da modernidade conquistadora.

Que a classe trabalhadora brasileira experimente um momento de certo alívio, um pequeno suspiro entre repetidas tragédias, é compreensível. Não é aceitável, porém, que não estejamos atentos ao que se prepara não nas nossas costas, mas à nossa frente e que não socializemos tais inquietações. Elas dizem respeito ao conjunto da luta de classes, aos enfrentamentos que virão e, em especial, à necessária consolidação de lutas comuns entre os trabalhadores de *Nuestra América* e do continente africano. Elas dizem respeito ao enfrentamento do capital-imperialismo *tout court*, ao internacionalismo dos trabalhadores, contraposto ao cosmopolitismo, mesmo se nacionalitário – na interessante formulação de Almeida (2012) – dos dominantes.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Lúcio F. de. Nacionalitarismo, anti-imperialismo e democracia: um desafio teórico-prático que se repõe para o marxismo no século XXI. *Lutas Sociais*, São Paulo, Neils/PUC-SP, n.28, 2012, p.114-129.
- BRASIL. IBGE/Abong/Gife/Ipea. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010*. Brasília: IBGE, 2012.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. São Paulo: Xamã, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente*. 2.ed. revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2008.
- DAGNINO, Renato. *A indústria de defesa no governo Lula*. São Paulo: Fapesp/Expressão Popular, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GARCIA, Ana E. S.; KATO, Karina; FONTES, Camila. *A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique*. Rio de Janeiro, Relatório de Pesquisa, versão preliminar, 2012.
- GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Rio de Janeiro, PUC.

- GARRISON, John W. *Do confronto à colaboração*. Relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUIOT, André P. O empresariado na formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ano de 2003): grupos econômicos e entidades da sociedade civil. Uberlândia, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/066.pdf>>, acesso em 20/11/2012.
- IASI, Mauro L. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- IRL-Instituto Rosa Luxemburgo (Org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LUCE, Mathias. *O subimperialismo brasileiro revisitado*. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Porto Alegre, UFRGS.
- MARTINS, André S. *A direita para o social*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- MARX, K. *A questão judaica*. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- NEVES, Lucia M. W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?* São Paulo: Boitempo, 2012.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- REYNOL, Fábio. Multinacionais brasileiras. 15/6/2010. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/12320>>, acesso em 16/11/2012.
- SPÓSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. *O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- ZIBECHI, Raul. *Brasil potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012. [Ed. bras.: Rio de Janeiro: Consequência, 2012.]